

Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada

Rage, dreams, and insubordination: how the far right and digital media mobilize the new platform-based working class

Rosana Pinheiro-Machado¹

<https://orcid.org/0000-0002-4440-8441>

rosana.pinheiro-machado@ucd.ie

¹ University College Dublin – Dublin, Irlanda

Resumo

Este ensaio analisa como a extrema direita global tem mobilizado a nova classe trabalhadora plataformizada por meio das mídias digitais em um contexto de transformação do capitalismo. Argumenta-se que, longe de serem apenas manipuladas por desinformação, essas populações são movidas por emoções legítimas de raiva, aspirações e insubordinação. A partir de uma abordagem etnográfica, fundamentada em minha trajetória de 25 anos de pesquisa sobre precariedade econômica, o texto mostra como precarização, encrudescimento das condições de vida e desejo de reconhecimento moldam subjetividades políticas ambivalentes, especialmente no Sul Global. O empreendedorismo digital aparece como canal de ascensão e armadilha política, dominado por uma elite de influenciadores conservadores. A análise propõe os conceitos complementares de *senso de merecimento precário*, *autovalor* e *mito CEO* para compreender essa adesão à direita radical. Por fim, defende-se que disputar os corações e mentes da classe trabalhadora requer políticas públicas robustas e projetos coletivos de futuro que mobilizem as mesmas emoções que hoje sustentam o autoritarismo.

Palavras-chave: extrema direita; classe trabalhadora; plataformização; mídias sociais.

Abstract

This essay analyzes how the global far right has mobilized the new platform-based working class through digital media, in a context capitalism's transformation. It argues that, far from being merely manipulated by disinformation, this segment of society is driven by legitimate emotions of anger, aspiration, and insubordination. Drawing on an ethnographic approach informed by my 25 years of research on economic precarity, this essay demonstrates how precarization, worsening living conditions, and the desire for recognition shape ambivalent political subjectivities, especially in the Global South. Digital entrepreneurship emerges as both a pathway to upward mobility and a political snare, dominated by a conservative elite of influencers. The analysis introduces the complementary concepts of *precarious entitlement*, *self-worth*, and the *CEO myth* to make sense of this alignment with the radical right. Finally, it is argued that winning the hearts and minds of the working class requires strong public policies and collective visions of the future that mobilize the same emotions currently fueling authoritarianism.

Keywords: far right; working class; platformization; social media.

Introdução^{1,2}

Na virada do milênio, o mundo vivia uma fase de otimismo. Em 1999, o economista e prêmio Nobel Amartya Sen publicou um artigo célebre no qual argumentava que a democracia se tornava um valor universal (cf. Sen, 1999). Era a primeira vez na história que nós, seres humanos, a escolhíamos como um projeto de humanidade. Naquele momento, conquistávamos um feito inédito: havia mais países vivendo sob regimes democráticos do que sob ditaduras.

Um quarto de século depois, o cenário mudou radicalmente. O ano de 2024 foi o maior ano eleitoral da história: bilhões de pessoas foram às urnas em mais de 70 países. Mas bilhões de pessoas não votaram pela democracia. Bilhões de pessoas escolheram o autoritarismo, o populismo e a extrema direita – e isso considerando apenas os pleitos para o Executivo. Um dos principais relatórios responsáveis por avaliar a saúde da democracia global foi enfático (Nord *et al.*, 2025): estamos vivendo uma incontestável onda autocrática, com os piores índices desde 1985. As democracias liberais são hoje o regime menos comum no mundo. A subjetividade conservadora e autoritária conquista corações e mentes – e a vitória de Donald Trump com o apoio de Elon Musk em 2024 sinaliza que estamos apenas no início de uma fase muito sombria, diferente de tudo o que conhecemos.

A promessa democrática revelou-se mais frágil do que muitos imaginavam. *O que aconteceu nestes últimos 25 anos?* Como algo pôde desmoronar tão rapidamente, tão facilmente, tão brutalmente? Como é possível que as ditaduras e o nazismo tenham saído do único lugar que lhes pertence na história – debaixo da terra – e deixado de ser uma vergonha? Não há uma resposta única e coerente que responda a essas questões. Dar sentido ao absurdo será sempre uma tarefa incompleta. Entender por que os seres humanos decidem, intencionalmente, odiar e matar a própria espécie será sempre contraintuitivo. Mesmo assim, os

1 Este ensaio foi originalmente apresentado na Aula Magna, no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 31 de março de 2025.

2 Uma parte significativa da pesquisa discutida neste ensaio foi financiada pela União Europeia (ERC, WORKPOLITICSBIP, 101045738). No entanto, as opiniões e pontos de vista expressos são exclusivamente da autora do texto e não refletem, necessariamente, os da União Europeia ou do Conselho Europeu de Pesquisa. Nem a União Europeia nem a autoridade financiadora podem ser responsabilizadas por eles.

últimos dez anos foram marcados por direcionamentos científicos importantes, que buscam explicar a reemergência do autoritarismo de extrema direita, de essência fascista e retórica populista.

Existem distintas abordagens teóricas para a compreensão do fenômeno, entre as quais se destacam as perspectivas nacionalista, colonial, patriarcal, institucional, das elites e tecnológica. Eu me situo entre as interpretações que colocam a economia como eixo central de análise. Os últimos 25 anos, que marcaram a ascensão e a queda da democracia, foram também o período em que estive realizando pesquisa etnográfica junto às classes populares no Sul Global – Brasil, China, Índia e Filipinas. Com base nessa experiência, defendo que *a precarização econômica deve estar no centro do entendimento do avanço da extrema direita*. Não é possível compreender esse fenômeno político sem considerar o encrudescimento das condições de vida enfrentadas por amplas parcelas da população. Isso não significa subordinar raça e gênero à economia. Focar a precarização significa entender que ela tem cor, gênero e território.

Este ensaio busca ilustrar o argumento da centralidade da precarização por meio de pinceladas em minha jornada etnográfica – muitas já publicadas em outros trabalhos –, recorrendo a eventos que marcaram minhas pesquisas ao longo do último quarto de século. Como antropóloga e etnógrafa interessada na vida das pessoas comuns, o foco de minhas pesquisas, junto ao laboratório Digital Economy and Extreme Politics, atualmente recai sobre a emergência de uma nova classe trabalhadora, plataformizada no período pós-recessão econômica de 2008, com atenção especial ao papel das redes sociais e das plataformas digitais nesse processo. Aqui, trata-se menos de pensar as redes como manipuladoras, mas como potencializadoras de uma nova subjetividade política. *Sem entender o que move essa nova classe trabalhadora, a gente não consegue desatar o grande nó que amarra as pessoas à extrema direita atualmente*.

Alguns leitores talvez se perguntem: por que focar a classe trabalhadora, se – como sabemos – são justamente setores das elites econômicas, políticas e religiosas que arquitetam a corrosão da democracia para manter seus privilégios ou impor suas crenças fundamentalistas? Quanto mais alta a renda – especialmente entre homens, brancos e mais velhos –, maior tende a ser a adesão à extrema direita em diversos países do mundo. Outros podem estar se perguntando: por que focar a classe trabalhadora, se – como também sabemos – os grupos abaixo da linha da pobreza, ao menos no Brasil, rejeitam a extrema direita?

O problema é que entre as elites e os grupos em extrema pobreza – com camadas médias cada vez mais enxutas – existe uma imensa massa composta por bilhões de trabalhadores que são pobres ou empobrecidos, mas estão acima da linha da pobreza, constituindo a maioria da população mundial. Nos países que estudo recentemente – Brasil, Índia e Filipinas (BIF) – e em tantos outros, há vasta evidência de que essa nova classe trabalhadora tem se alinhado com o autoritarismo e hoje constitui o seu grande cordão de sustentação.

Temos alguns exemplos paradigmáticos no Brasil que evidenciam certa sinergia entre esses setores da sociedade e o autoritarismo. Durante a pandemia, o então presidente de extrema direita Jair Bolsonaro incentivou as campanhas #BrasilNãoPodeParar e #EuVouTrabalhar, direcionando seu discurso especialmente aos microempreendedores e trabalhadores informais. Segundo análise do pesquisador Fabio Malini no então Twitter, essas campanhas, por um período considerável, obtiveram maior engajamento do que a campanha #FiqueEmCasa, voltada à preservação da saúde pública (cf. Pinheiro-Machado *et al.*, 2023b). Já na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, dados do Ministério Público mostram que mais da metade dos envolvidos haviam sido beneficiários do auxílio emergencial – recurso destinado justamente a esses segmentos precarizados do mercado de trabalho.³ Em nossa análise do apoio ao golpe no Twitter, que abarcou cerca de 90 mil perfis, identificamos que uma parcela significativa dos apoiadores era composta por homens microempresários e trabalhadores autônomos (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023a).

Mas, afinal, o que constitui essa nova classe trabalhadora e por que ela se alinha à extrema direita? No livro *The rise of the radical right in the Global South*, Tatiana Vargas-Maia e eu (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023) argumentamos que, embora a extrema direita tenha dimensão transnacional, sua análise deve ser localizada nos países colonizados. Isso se deve a fatores econômicos, políticos e religiosos, mas para o escopo deste ensaio importa destacar as diferenças entre as classes trabalhadoras. Nos países desenvolvidos, a nova classe trabalhadora é composta por grupos decadentes, grupos que perderam: as classes médias que empobreceram ou os trabalhadores do setor industrial que tiveram seus empregos ameaçados em virtude do crescimento da China. Nos

3 Cf. Qual [...] (2023); Pinheiro-Machado *et al.* (2023a).

países emergentes, como os BIFs, esses grupos, em geral, são ascendentes – e se beneficiaram do papel da China na economia global. São pessoas que deixaram a pobreza e tiveram uma melhora de conforto material nos últimos tempos, numa ascensão jamais finalizada ao status de camadas médias.

Nós podemos chamar de precariado, nova classe média, nova classe C, os batalhadores, novos consumidores, aspirantes a empreendedores (Braga, 2017; Kopper, 2022; Neri, 2011; Souza, 2012). A esse conjunto de classificações eu acrescento o fato de que se trata de grupos cada vez mais plataformizados. Com empregos precários, e em profundo endividamento, esses estratos sentem raiva da rotina trituradora, medo de perder o pouco que conquistaram e, ao mesmo tempo, mantêm os sonhos de autonomia, realização e ascensão social. Acenando para esses setores estão as igrejas neopentecostais, que chegam aonde o Estado não chega, e, mais recentemente, os populistas autoritários e uma nova elite de influenciadores conservadores e libertários.

Trata-se de uma classe trabalhadora que não se reconhece como classe trabalhadora. Esse fenômeno, tão antigo quanto o próprio capitalismo, já era apontado nos escritos *18 Brumário* e *Ideologia alemã*, de Karl Marx, que via o lumpemproletariado como inexoravelmente reacionário – com o que eu concordo apenas em parte. Mas Marx estava certo em conectar a falta de solidariedade de classe a certas atividades econômicas. Se o fenômeno é antigo, não sabemos, contudo, como ele é transformado pelas novas tecnologias digitais. A hipótese de nosso laboratório é que a plataformização do trabalho radicaliza à direita de duas formas. Primeiro, atizando a raiva do precariado por meio da desinformação. Segundo, capturando o sonho de autonomia financeira por meio de um novo ecossistema de *influencers*. Este ensaio examina estes dois vetores – a raiva e os sonhos. Mas, antes de entrar nesse debate, é preciso abrir um parêntese para falar sobre o papel da desinformação nesse processo.

Além da desinformação

Quando falamos em redes sociais e classe trabalhadora, consolidou-se um senso comum de que as fake news manipulam as pessoas e destroem a democracia. Neste ensaio, porém, não sigo essa linha. Explicações que reduzem o voto autoritário à ignorância ou à manipulação são simplistas e moralmente

reconfortantes, mas pouco explicativas. Como cientistas, precisamos desconfiar de verdades amplamente aceitas – como a ideia, hoje dominante, de que a desinformação é o maior problema da humanidade. Em 2024, por exemplo, o Fórum Econômico Mundial a classificou como ameaça global prioritária, à frente da fome, das mudanças climáticas e das guerras. De fato, a desinformação é gravíssima, pois afeta eleições, saúde pública e promove discursos de ódio. No entanto, é sintomático que se denuncie a desinformação como causa, mas pouco se questionem as condições sociais que levam tantas pessoas a aderirem ao redemoinho do ódio mantendo intocáveis os fatores estruturais que produzem essa adesão.

Nos últimos anos, emergiu uma quantidade imensa de projetos sobre polarização e desinformação. Os desenhos de pesquisa são complexos e misturam neurociência, ciência da computação, psicologia comportamental e as ciências sociais para testar como as pessoas reagem quando leem certas notícias: o que sentem, o que as faz curtir e o que faz com que elas desacreditem na mentira. A gente sabe quem financia, a gente sabe como a informação mobiliza sentimentos e insufla o ódio, a gente sabe por quais fóruns o ódio circula – da Noruega à Tailândia. Teorias como filtro-bolha e câmaras de eco entraram e saíram de moda. Mas a gente também sabe que combater isso é uma tarefa inglória: a revisão sistemática de literatura que realizei sobre o tema recentemente⁴ indica que os avanços em desbancar a desinformação existem – mas são muito pequenos, lentos ou circunscritos a casos específicos.

É preciso se perguntar, portanto, por que as respostas continuam sendo frustrantes, apesar dos inúmeros esforços integrados entre organizações internacionais, governos e conselhos científicos. Para os fins deste ensaio, existem duas questões que precisam ser observadas nessa direção.

Em primeiro lugar, entendo que, sem mexer no vespertino da desigualdade econômica, o combate à desinformação seguirá enxugando gelo. Hoje, vivemos a maior concentração de riqueza da história da humanidade desde, pelo menos, a Revolução Industrial. Essas fortunas não são construídas porque os homens por trás delas são extremamente inovadores e visionários, como tentam nos fazer acreditar (ou porque possuem o mindset milionário, acordam às cinco da

4 Incluindo artigos científicos publicados desde 2016 sobre o combate à desinformação.

manhã e tomam banho gelado). Essas fortunas se formam porque existe um sistema financeiro internacional que permite a evasão fiscal de trilhões de dólares, criando elites ultrarricas. Segundo o pesquisador Aidan Regan,⁵ nos últimos 20 anos, por exemplo, corporações norte-americanas – incluindo grandes farmacêuticas e *big techs* como Apple, Google, Facebook e Microsoft – transferiram cerca de 1 trilhão e meio de dólares para paraísos fiscais, como a Irlanda. Aqueles que manipulam as leis fiscais globais detêm um enorme poder político. Eles permitem que os ultrarricos escapem da supervisão democrática, transferindo o poder econômico dos governos eleitos para as mãos da riqueza privada (Regan, 2025). Isso se reflete diretamente na desigualdade social, no enfraquecimento do Estado, na precarização da vida, no empobrecimento da população, no desgaste do tecido social e na produção permanente de ressentimento.

Em segundo lugar, alterar a visão de alguém é uma das coisas mais difíceis que existem. As pessoas acreditam no que querem – ou sequer acreditam na mentira que repassam. Durante as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024, conduzi uma pesquisa entre grupos de trabalhadores autônomos de baixa renda e observei a grande disseminação de notícias falsas. Entre elas, circulava a informação de que o influenciador Pablo Marçal estaria oferecendo mais ajuda do que o presidente Lula, além de uma imagem manipulada que mostrava um homem agredindo uma mulher em um abrigo. Esse homem foi falsamente identificado como o então prefeito petista da cidade de Canoas, uma das mais afetadas pela tragédia. Imediatamente – como deve ser em um bom processo de *debunking* de fake news – uma colega e amiga das pessoas que haviam enviado o conteúdo fez a checagem dos fatos, mostrando cordialmente que aquilo não era verdade. A resposta daqueles que haviam repassado as informações foi uma grande risada – um sinal claro de que não se importavam com a veracidade do conteúdo. Outro exemplo revelador foi observado na tese de Alves-Silva (2023), ao notar que os participantes de grupos de WhatsApp de defesa da cloroquina durante a pandemia estavam menos preocupados com a veracidade da informação e mais com o que aquela informação mentirosa representava em termos da possibilidade de interpretar, decodificar e discutir temas complexos biomédicos, propiciando senso de comunidade, pertencimento e auto-orgulho.

5 Cf. *Democracy Challenged* (<https://democracychallenged.com/blog/>).

Logo, as pessoas não são meras reproduutoras, mas na maioria das vezes produtoras ativas. Notícias falsas criam um repertório que reforça valores, verdades, emoções – reafirmando o conforto das certezas. Sabemos, por diversos estudos, que a capacidade de se engajar em conteúdo raivoso é maior do que em conteúdos com emoções positivas. Notícias falsas criam comunidades de agregação a partir da falsa magia que, historicamente, tem funcionado como a cola do fascismo.

Com esse parêntese sobre desinformação, minha intenção foi chamar a atenção para o fato de que ela é um problema diante de uma constelação muito maior e muito mais perigosa, que é como as grandes plataformas digitais, detentoras de parte da riqueza do mundo, criaram uma sociedade cada vez mais espelhada em sua infraestrutura tecnológica, modelos de negócios e ideologias, direcionando e encapsulando nossa vida, nossa raiva, nossos desejos, nossa intimidade. A partir de agora, este ensaio se concentra nos dois lados da mesma moeda: as emoções reativas/negativas e as emoções ativas/positivas da nova classe trabalhadora, e na maneira como as mídias sociais mobilizam essas emoções, que, no fim das contas, funcionam como uma cola que liga as pessoas a um projeto político reacionário.

Raiva

Abro esta seção analisando as raízes históricas da produção da raiva no Brasil. A formação da sociedade brasileira foi marcada por um processo contínuo de marginalização das classes populares, que, apesar de serem produtivas, permaneceram historicamente na informalidade – à margem da proteção do Estado e do reconhecimento pleno da cidadania.

Durante a greve dos caminhoneiros em 2018, quando minha parceira de pesquisa, Lucia Scalco, e eu realizamos trabalho de campo em um piquete, um caminhoneiro gritava: “Ninguém se importa, ninguém se importa com a gente.” Ele completava: “O Brasil é um trem descarrilhado.” Essa frase – “ninguém se importa” – é a expressão crua de uma sensação de abandono e caos, que se converte em ressentimento e em demanda por intervenção militar. No antigo camelódromo da Praça XV, em Porto Alegre, onde passei cinco anos realizando pesquisa etnográfica (1999-2004), ouvia com frequência que o Estado só aparecia para cobrar ou para reprimir: era propina, fiscalização, cassete e humilhação.

No Morro da Cruz, onde também passei longos anos ao lado de Lucia, ouvia-se a mesma fala: “Político só sobe o morro em época de eleição. E a polícia só chega para atirar.”

Trata-se da revolta de quem vive em um país marcado pela violência estrutural da produção contínua da marginalização. Marginalizar implica, sobretudo, produzir invisibilidade de forma sistemática. Negar a existência é talvez a forma mais brutal de desumanização. A marginalização histórica – conforme mostraram pensadores importantes como Durham (1973), Kowarick (1975), Oliven (1980), Oliveira (1981) e Perlman (1976) – cinde e hierarquiza a nação entre o moderno e o arcaico, sustentando a autoilusão de que existe apenas um Brasil: o do progresso, europeizado, branco, habitado por pessoas que vivem em condomínios fechados. Esse imaginário exclui, extorque, abusa, humilha, tortura e mata as pessoas pobres e racializadas – sempre lhes lembrando que “elas não são gente”. O Brasil é um país onde a cidadania é dividida entre aqueles que são reconhecidos como gente e aqueles que lutam para ser.

Nesse processo, Estado, política, políticos, governo e governantes – e até mesmo a democracia – são todos compreendidos como sinônimos: sinônimos de algo cínico, disfuncional, corrupto e violento. Para grande parte das classes populares, a percepção de abandono por parte do Estado constitui a base do sentimento antipolítica, que antecede em muito a polarização atual. O que os populistas extremistas fazem é capturar esse amplo caldo de revolta e convertê-lo em uma narrativa antissistema. Isso ocorre de maneiras que, à primeira vista, parecem irracionais. Espera-se, por exemplo, que uma população devastada por uma crise climática não eleja negacionistas – mas, muitas vezes, é exatamente isso que acontece. Os perpetradores causam a tragédia, se omitem da reconstrução e, posteriormente, aproveitam-se do fato de que calamidades criam um terreno fértil para fomentar sentimentos antissistema. É no auge da dor, com a ferida ainda aberta, que esses mesmos perpetradores encontram espaço para crescer.

A revolta contra o Estado frequentemente deságua em uma adesão à política libertária – que, no contexto atual, tem se alinhado à extrema direita. As pessoas desejam, cada vez mais, liberdade – não necessariamente para serem “patrões”, mas para se sentirem livres das amarras do sistema. Paradoxalmente, essa busca por autonomia convive com o desejo por uma figura de autoridade com “pulso firme”. No entanto, esse “pulso firme” revela-se, na prática, um pulso frouxo: que permita passar tudo, desregular tudo, liberar tudo. Quando o cidadão

perde a crença no Estado de direito, no poder público, na política institucional, na democracia e até mesmo na burocracia, o que ele mais deseja é ver alguém – de preferência um homem – tuitar que está destruindo tudo. Existe uma parte da classe trabalhadora que, cada vez mais, apoia a desregulamentação total – e que entende que “não me atrapalhem a trabalhar” é a melhor solução. Isso também é um processo novo. A primeira vez que ouvi a frase “eu quero trabalhar e o governo não quer deixar” foi em 2002, quando o governo brasileiro realizou uma grande ação para coibir o comércio ambulante. Ouvi de novo durante o debate sobre a regulamentação da profissão de motorista de aplicativo em 2024. E mais uma vez na campanha mentirosa de que o Pix seria cobrado. A narrativa constante é que o Estado aparece como entrave, nunca como proteção.

O autoritário pouco constrói, muito destrói e, cinicamente, se vende como alguém fora da estrutura ineficiente do Estado. O populismo autoritário oferece uma narrativa a essas pessoas frustradas – mentirosa e simplista, mas eficiente. Basta lembrar um dos primeiros discursos de Trump no segundo mandato, direcionado justamente a esses setores: ele afirmou que cortaria milhões de programas “inúteis” de assistência, pagos com os impostos do cidadão americano, e que 20% desse dinheiro voltaria para “você, cidadão americano pagador de impostos”. Esses “20%” eram um valor irrisório para políticas de Estado – mas funcionavam dentro da lógica da indignação. Populistas autoritários reconstroem o ego, apontam culpados, e deslocam a responsabilidade do sistema econômico para uma corrupção vaga e difusa – “o sistema” – ou para outros grupos, geralmente mais fracos e vulneráveis. Nos países desenvolvidos, esse culpado costuma ser o inimigo externo – o imigrante; nos países colonizados, aprendemos a odiar a nós mesmos – o inimigo interno.

Até aqui, discuti as raízes históricas da ausência do Estado e da marginalização, que criam um solo fértil para a revolta antissistema. A partir de agora, quero refletir sobre como a raiva, o ódio, o ressentimento e o medo operam no cotidiano. Quando falamos em desinformação, é importante dar alguns passos atrás e observar os alicerces sobre os quais essa raiva é produzida. Mais do que entender como ela circula, é preciso compreender por quê. Talvez, na ânsia de encontrar respostas para problemas novos e complexos, tenhamos nos esquecido de metodologias simples e eficazes, baseadas na escuta. Como ensinava Claudia Fonseca em suas aulas de etnografia: é sobre sentar no fio da calçada, tomar um cafezinho e escutar. Nas minhas pesquisas atuais – e também nas

anteriores, desenvolvidas com Lucia Scalco – evitamos focar exclusivamente grupos radicalizados de extrema direita. Estudar os perfis mais radicalizados e exacerbados – como o sujeito vestido de verde e amarelo pedindo a cabeça do “Xandão”⁶ – é muito importante, mas limita nossa compreensão. O fenômeno mais amplo, complexo e pulverizado está nos eleitores não radicalizados: pessoas comuns, de orientação política eclética, que geralmente não se interessam por política. E essas pessoas são a maioria.

Diante da onda de estudos de *big data*, tenho argumentado que nós só entendemos a raiva das redes quando olhamos para a vida fora das redes. É no cotidiano miúdo das comunidades, nas trajetórias pessoais e familiares, que o ódio ganha sentido – e esse sentido vem, sobretudo, daquilo que a literatura chama de percepção da desigualdade (Franc; Pavlović, 2019), que é, na verdade, uma percepção de injustiça ou sentimento de perda de poder (Abbas *et al.*, 2025). Abbas e colegas (2025), mostram, por exemplo, que as humilhações diárias são decisivas em um processo de radicalização.

O dia a dia do trabalhador brasileiro comum é marcado por uma luta constante, permeada por frustrações e pequenas humilhações – muitas delas atingindo o âmago da honra individual. São jornadas de trabalho que chegam a 15 horas diárias, incluindo longas horas em um transporte público deteriorado – tudo isso para, no fim do mês, conseguir comprar cada vez menos no supermercado. Para grande parte da população, a vida se divide entre os dias em que há botijão de gás em casa e os dias em que não há. O ônibus atrasa em dia de temporal, chega mais um boleto, o dinheiro que seria para consertar a geladeira estragada precisa ser redirecionado para uma ida urgente ao dentista. Endividamento, falta de crédito, desespero – é essa a rotina. São essas mesmas pessoas que, na parada de ônibus, são assaltadas e têm o celular levado, muitas vezes ainda sendo pago em prestações. São elas as maiores vítimas da violência urbana, da precariedade e das deficiências do Estado.

Em todos esses anos de pesquisa, compreendi que as pessoas não sentem ódio por uma mulher negra trans genérica, por exemplo. Por trás das raivas genéricas, há sempre uma realidade vivida, concreta. A raiva não surge no vácuo: ela se direciona à vizinha, à prima, a alguém com nome e rosto. Uma das falas

6 Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

mais recorrentes nas pesquisas – repetida à exaustão – vem de pessoas pobres, mas não pobres o suficiente para acessar benefícios sociais, reclamando do Bolsa Família, das cotas, do Prouni – da “bolsa esmola” que, segundo elas, premia quem não tem mérito. Curiosamente, quase todas essas pessoas haviam tentado acessar esses mesmos programas. “Eu sou ferrado e minha prima preguiçosa tem tudo.” É aí que começa uma cisão no modo de ver o mundo – uma cisão atravessada por uma lógica patriarcal, onde o ressentimento pode estar ligado ao fato de um homem se perceber como alguém perdendo poder: ter visto sua companheira ganhar autonomia financeira, ou sua filha adolescente tornar-se questionadora. Isso leva a uma sensação de “perder o chão” – o colapso de certezas que ordenavam o mundo. O fascismo entra como um senso de reorientação que costura o solo rompido.

Começa-se então a construir uma cisão no mundo – uma divisão econômica, política e moral – que vai sendo preenchida com elementos diversos: notícias falsas, memes, relatos, imagens, tudo aquilo que parece dar sentido às injustiças percebidas no cotidiano. Forma-se, assim, um repertório de explicações que reforça a ideia de algo muito errado, alimentando um caldo de radicalização. Trata-se de um ciclo contínuo de reafirmação, cujo objetivo principal é encontrar razões e culpados. E tudo se fecha. O grande pulo do gato das redes sociais é que seus modelos de negócio e a infraestrutura tecnológica permitiram a emergência do que João Magalhães (2019) chamou de “novo regime de visibilidade algorítmica”. Trata-se da ideia de que, para existir como voz cívica – para se sentir alguém –, é preciso silenciar o outro. O outro real, o outro imaginado. É nesse contexto que Magalhães propõe a noção de autoritarismo por baixo: não é apenas o Estado que impõe, mas o próprio cidadão comum que, nas redes, passa a produzir e reproduzir silenciamentos.

Senso de merecimento precário

Para esmiuçar esse sistema acusatório de busca por culpados, nosso time elaborou o conceito de *senso de merecimento precário* (SMP). O SMP caminha lado a lado com outra ideia-chave para entender o Brasil: o *autovalor*, ao qual retornarei mais adiante. O SMP é uma das emoções menos compreendidas – e, ao mesmo tempo, uma das mais decisivas – para explicar a adesão à extrema direita no Brasil. Trata-se do sentimento de que se é superior àquele que está imediatamente

abaixo na hierarquia social. E, aqui, o “imediatamente” é fundamental: estamos falando de relações sociais concretas, próximas, vividas no cotidiano.

O SMP se manifesta nas pequenas hierarquias cotidianas, sempre marcadas por comparações com quem está logo abaixo na escala social. É o motorista de Uber Black que se vê como superior ao do UberX, que por sua vez se considera melhor do que os entregadores de moto. É o camelô regulamentado pela prefeitura que despreza o camelô não regulamentado. É a pessoa que mora na rua “boa” da periferia e acredita valer mais do que quem vive no beco. É a diarista com perfil profissional no Instagram que se entende como mais qualificada que outras faxineiras. E também são os membros mais antigos de movimentos sociais que acusam as novas gerações de não serem tão comprometidas ou moralmente corretas quanto eles. Em todos esses casos, o sentimento de superioridade se ancora em experiências concretas e comparações próximas, tornando o SMP um mecanismo de diferenciação social na escala microscópica, mas cuja potencialidade política é imensa.

A pergunta que sempre ronda o senso comum é: “Mas por que não há consciência de classe? Por que as pessoas não percebem que estão todas no mesmo barco?” A resposta não está na ausência de solidariedade – muito pelo contrário, há uma profunda solidariedade nas classes populares. A questão é que o tecido social brasileiro sempre foi rasgado pela marginalização. Por isso, o sistema acusatório moral, que aponta o dedo para o outro imediatamente abaixo, não surge do nada. Em uma sociedade que estigmatiza a pobreza e a associa à sujeira, à preguiça e à falta de moral, há um verdadeiro pavor de ser confundido com o “marginal”. Ninguém suporta a ideia de não pertencer à própria sociedade. Ninguém quer ser vítima. Só que, ao mesmo tempo, acredita-se firmemente que esse “marginal” existe – e, assim, reproduzem-se as falas sobre os “vagabundos”, os “encostados”, os “vitimizados”. Afinal, foi assim que aprendemos a pensar.

Diante dessa realidade, muitas pessoas olham para o lado, procuram alguém ainda mais frágil – e apontam o dedo. Trata-se de um gesto quase automático, um apelo para se livrar do peso insuportável de carregar o estigma. Passar adiante essa carga é, em certa medida, uma forma de autopreservação. “Eu não sou marginal – ele que é.” Nesse processo, o medo também ocupa um lugar central: o medo de perder o pouco que se tem. E é justamente esse pouco que, em muitos casos, sustenta uma ideia de superioridade moral. O SMP é uma chave para compreender também o fenômeno que o sociólogo Gabriel Feltran (2020),

em sua sociologia dos conflitos cotidianos e regimes de poder, definiu como *militarismo por baixo*: o amplo desejo de jovens das periferias urbanas de ingressar nas carreiras policiais e militares. Esses jovens desejam ser respeitados como gente, desejam ser temidos, desejam jamais ser confundidos com bandidos, marginais e vagabundos.

Por fim, o SMP é uma faísca sobre a qual a extrema direita joga combustível. Por meio de uma retórica vazia, ela se apresenta com uma mensagem sedutora e direta: “Você tem mérito. O problema são os outros.” Esses “outros” são, geralmente, os pobres, os indígenas, os negros – aqueles identificados como obstáculos ao progresso, como usurpadores de um espaço que não lhes pertence, como beneficiários de algo que não merecem. Trata-se de uma narrativa que reafirma o senso de merecimento, alimenta ressentimentos e reforça divisões sociais profundas.

Sonhos

Uma das principais lacunas nos estudos sobre a extrema direita, atualmente, é o foco excessivo nas emoções reativas – como ódio, raiva, frustração, medo e ressentimento. Esse foco é compreensível, já que a extrema direita é, essencialmente, violência. No entanto, não basta compreender apenas os gatilhos da raiva – é preciso olhar também para o outro lado da moeda. Ideologias não se sustentam apenas pelo negativo. A verdadeira amálgama da adesão é o encantamento. O ódio traça as fronteiras de exclusão – quem está fora do meu círculo: os políticos, os marginais, os mais imediatamente abaixo de mim. Mas dentro do círculo – sempre particularista, nunca universalista – o que dá coesão ao fascismo (ou àquilo que Karl Polanyi [1935] chamava de *magia*) são as emoções ativas, ou positivas: orgulho, pertencimento, esperança, lealdade. É aí que reside o poder de mobilização.

Autovalor

Muito já se disse sobre o amor à família, à pátria, a Jesus. Mas sabemos menos sobre as aspirações. No contexto da nova classe trabalhadora, lado a lado com o *senso de merecimento precário* e a depreciação do outro (as emoções reativas), a

ideia de *autovalor* torna-se central. Defino *autovalor* como a busca por dignidade e reconhecimento em uma sociedade cindida. Essa busca pode se dar de duas maneiras. A primeira é coletiva: ocorre pela resignificação de identidades estigmatizadas por meio da luta social e da construção de consciência. A segunda, mais comum em contextos marcados pela fragmentação social, é a busca por reconhecimento individual – um esforço para provar valor num mundo que nega pertencimento.

Nesse aspecto, voltamos a compreender o papel potencializador das redes sociais. Por meio de sua infraestrutura tecnológica e de seu ecossistema de poder, as mídias sociais mobilizam o *autovalor* como nunca antes. Julianio Spyer (2017), discutindo o legado da escravidão, argumenta que as redes contribuem para o processo de busca por visibilidade e insubordinação das classes populares. A sensação de diminuição das barreiras de interação favorece a imaginação de novas formas de vida. As pessoas se reinventam na imaginação – forjando, ali, um processo simbólico no qual deixam de ser um “ninguém” e passam a ser gente.

Quando olhamos para essa nova classe trabalhadora – que também chamamos de *classes aspiracionais* –, arrisco dizer que poucas vezes na história as pessoas sonharam tanto. Trata-se de um movimento talvez comparável ao romantismo do século XVIII, que provocou uma verdadeira revolução na capacidade de imaginar outros mundos e futuros (Campbell, 1987). Em plataformas como o Instagram, com seus influenciadores, forja-se uma sensação de proximidade e intimidade: de repente, aquele carrão, aquele milhão, começam a entrar no radar dos sonhos. Todavia, é claro que essa nova classe trabalhadora não reinventou seus desejos nas redes – esse processo se intensificou ainda nos anos 1990, com a expansão das igrejas evangélicas, e nos anos 2000, com as políticas de inclusão pelo consumo promovidas durante a era Lula. O que as mídias sociais fazem é elevar essa capacidade de sonhar a uma potência inédita.

Um exemplo: em 2024, o professor Miguel Rivera, da Universidade de Ateneo Manila, e eu entrevistamos um jovem em Manila, nas Filipinas, cuja família, por gerações, teve dois destinos possíveis – trabalhar na construção civil ou, com sorte, entrar para o exército. Hoje, graças ao universo do empreendedorismo digital, ele só se imagina abrindo seu pequeno negócio de lanches de frango frito. A história dele é próxima à de muitos homens que entrevistamos no Brasil, cujas opções de futuro passavam pelo crime ou pela construção civil. Curiosamente, encontramos um número expressivo de jovens que hoje fazem de tudo

para abrir sua própria hamburgueria. O futuro dono do “Dogão”, por exemplo, hoje motorista de aplicativo por 15 horas diárias, já foi preso e perdeu pessoas queridas para o crime. É brilhante que esse sujeito consiga imaginar um novo destino. O problema está nas consequências emocionais e financeiras desse processo, especialmente quando o sonho colide com a realidade da precariedade e da ausência de suporte estruturado para transformar esse desejo em um negócio sustentável.

É aí que a extrema direita entra em ação para capturar essa imaginação de futuro. E faz isso por meios ainda mais eficientes e viscerais do que a simples desinformação manipuladora – porque atinge o âmago da capacidade de sonhar das pessoas marcadas por vidas de sofrimento.

A maior descoberta científica do nosso laboratório até o momento foi revelar, nomear, quantificar e qualificar uma das transformações mais significativas da sociedade brasileira contemporânea: a migração em massa do mercado de trabalho para o Instagram – uma plataforma privada, com interesses corporativos específicos e marcada pela opacidade algorítmica (Pinheiro-Machado *et al.*, 2024). O processo é claro: o empreendedorismo digital se tornou uma febre no Brasil. Atualmente, é praticamente inviável manter um pequeno negócio sem estar presente no Instagram. Paralelamente, há uma multidão que sonha em crescer como influenciadora digital. O Brasil é, hoje, o país com o maior número de *influencers* no mundo: uma em cada dez pessoas se define assim.⁷ Além disso, existem milhões de brasileiros tentando gerar renda extra por meio do digital, compondo um verdadeiro exército global de vendedores de *e-commerce*, em plataformas como a Shopee.

O problema é que esse esquema tem uma estrutura essencialmente piramidal. Uma pessoa começa querendo vender um produto ou oferecer um serviço, mas logo é engolida pela lógica da plataforma – que costumo chamar de *pirâmide medieval com fachada liberal*. O Instagram empurra seus usuários a crescer, incentivando a vender mentorias, promessas e fórmulas mágicas de sucesso. Hoje, esse mercado digital já abrange pelo menos 25% da população economicamente ativa do Brasil – uma estimativa conservadora produzida pelo nosso laboratório, já que a Meta não torna públicos dados cruciais. Em outras palavras:

7 Dados do Factworks for Meta, pelo Youpix (Youpix; Brunch, 2022). Ver ainda Youpix (2023) e Creator [...], (2023).

um em cada quatro trabalhadores brasileiros está tentando empreender dentro da plataforma – trabalhando para ela, pagando para ela –, em um movimento de migração para um novo tipo de trabalho não regulado e invisível.

A atuação no Instagram poderia ser apenas um fenômeno econômico, ligado aos sonhos legítimos de empreender. Mas não é. Trata-se, sobretudo, de um fenômeno político. Quando grande parte da classe trabalhadora busca novas formas de gerar renda – expandir o alcance da banquinha, da manicure, da esteticista de cílios, da artesã –, essas pessoas se veem obrigadas a aprender a usar ferramentas digitais para crescer e aparecer. É nesse momento que caem em uma armadilha política. O treinamento para negócios digitais, hoje, é dominado por um ecossistema de *coach-influencers* que detêm hegemonia nesse mercado. Atualmente, é quase impossível empreender no digital sem, de alguma forma, passar por essa rede. Trata-se de um campo de influenciadores que detêm o monopólio simbólico: chegaram primeiro, dominaram o mercado e seguem praticamente sem concorrência. Esses coaches ensinam não apenas o uso das plataformas, mas também a incorporar o chamado “mindset milionário” e a “destravar” a mentalidade da pobreza – aquela que, segundo eles, puxa as pessoas para baixo. No topo dessa estrutura estão poucas dezenas de grandes influenciadores e coaches milionários, que exibem a riqueza como sua principal credencial. Logo abaixo vêm centenas de milhares de *coach-influencers* que também afirmam faturar milhões. O problema desse campo, que hoje domina a formação em larga escala de empreendedores digitais no Brasil, é que ele é homogêneo, sem vozes dissonantes, e profundamente conservador.

Durante dois anos, mapeamos diariamente os discursos e as apresentações dessa rede. Em sua maioria, trata-se de casais brancos, heterossexuais, magros, fitness, com muitos filhos. A maternidade é apresentada como a principal credencial da mulher. Abandonar a família de origem e as amizades da comunidade – vistas como pobres e limitadoras – é narrado como um passo necessário rumo ao sucesso. Em casal, afirmam os influenciadores de investimento, a riqueza se multiplica. São ricos e seguidores de Cristo, dividindo-se entre os que de fato praticam a fé e os que utilizam o nome de Cristo como símbolo de superioridade moral. Promovem uma falsa ideia de meritocracia e vão além de simplesmente se opor à CLT: são protagonistas de uma das maiores campanhas de deslegitimação da Consolidação das Leis do Trabalho já vistas no Brasil. Ser CLT, hoje, é retratado por essa rede como algo vergonhoso – sinal de fracasso,

de ser “ferrado”, “mané”, um ninguém. Também desprezam a educação universitária formal: rejeitam a universidade, mas não deixam de vender cursos próprios. Cursos que, forjando uma suposta intimidade com o público, contam trajetórias pessoais rumo à riqueza – do tempo em que pegavam ônibus até o dia em que compraram a Ferrari. A mensagem é direta: “Se eu consegui, você também consegue – basta trabalhar duro e, claro, investir no meu curso.”

O que torna esse processo especialmente cruel é o fato de que esse discurso encontra forte apelo entre mulheres na base da pirâmide social, submersas na rotina exaustiva dos cuidados e do trabalho doméstico. Para muitas delas, o principal emprego historicamente disponível continua sendo o de trabalhadora doméstica – uma profissão marcada por baixos salários, exploração e, muitas vezes, humilhação.

Em nossa análise qualitativa e quantitativa dessas redes de influenciadores, examinamos minuciosamente o perfil político dos 612 maiores coaches e influenciadores do país. O resultado é contundente: nove em cada dez estão alinhados com a extrema direita. Isso significa que, hoje, quando cerca de 25% da população economicamente ativa busca renda extra por meio do digital, acaba entrando em uma rede de discurso conservador, libertário e de extrema direita – um ecossistema que opera sem concorrência. Este é o Brasil profundo que surpreendeu muitos analistas nas últimas eleições em São Paulo, com o estrondoso sucesso de um candidato *coach-influencer*.

Esses *coach-influenciadores* crescem do vazio deixado pelo Estado. É a ausência de políticas públicas, educação de qualidade, formação técnica e serviços básicos que abre espaço para que eles se tornem referência. Os brasileiros são sedentos por qualificação e oportunidade. E esses influenciadores operam pelo princípio da *acessibilidade populista*: falam a mesma língua, compartilham experiências pessoais, se apresentam como iguais.

Como antropóloga, a pergunta que preciso fazer é: até que ponto esse discurso realmente impacta as pessoas comuns? O simples fato de *influencers* dominarem o mercado não significa, automaticamente, que as pessoas compreendem o que dizem. Mas nossas pesquisas computacionais, com análise de mais de 1 milhão de perfis de aspirantes a empreendedores digitais, mostram o espalhamento direto e imediato do que chamamos de *pirâmide aspiracional*. Mesmo com menos de mil seguidores e ainda na fase de fazer cursos para “destravar a riqueza”, essas pessoas já se apresentam como mentoras – e a frase mais frequente em seus

perfis é: “te ensino”. O conteúdo que produzem emula a estética da riqueza dos grandes influenciadores: imagens limpas, carros de luxo, legendas motivacionais, frases de impacto.

Nossas pesquisas qualitativas também revelam o impacto real desse ecossistema na vida cotidiana. Muitas pessoas seguem esses *coach-influencers* com ceticismo, mas muitas outras passam a sonhar intensamente – não apenas com uma vida confortável e autônoma, mas com a possibilidade concreta de se tornarem milionárias. Um sonho que, muitas vezes, contrasta de forma brutal com a precariedade em que vivem. Encontramos diversas mulheres periféricas cultivando seus “quadros dos sonhos” com imagens de casas gigantes, viagens e carros importados, como ensinado pelas *influencers*. À primeira vista, esse ecossistema não se apresenta como político – não como as fake news explícitas contra o Lula, por exemplo. Ele se disfarça como estilo de vida. E justamente por isso é tão eficaz. Quando a extrema direita conquista os corações, as mentes e as intimidades, sua permanência política se torna mais profunda e mais sustentável do que uma vitória eleitoral. O problema central aqui é a politização camuflada, que gira, no fundo, em torno de valores. E o principal deles é o dinheiro – muito dinheiro.

O discurso do enriquecimento individual se ancora no *autovalor*: ele toca no âmago de uma sociedade em que ninguém quer ser um “ninguém”, e onde a luta por ser reconhecido como “gente” é legítima e urgente. Ele reverbera especialmente entre as camadas populares que não querem ter patrão – em um país cujo legado escravagista e histórico de marginalização produziram empregos ruins, mal pagos e frequentemente humilhantes.

O mito CEO

Na análise da base de dados que hoje conta com 1 milhão de aspirantes a empreendedores digitais – em sua maioria mães de baixa renda e cristãs –, algo nos chamou a atenção: uma das expressões mais frequentes nas biografias dessas pessoas era “CEO”. Confeiteiras, boleiras, massagistas, manicures, lojistas – muitas se apresentando como CEOs. O que meus colegas Marina Frid, Jessica Matheus e Wagner Alves-Silva e eu estamos chamando de *mito CEO* reflete uma transformação profunda na base da sociedade brasileira, especialmente nessa nova classe trabalhadora que não sonha mais com o emprego CLT tradicional. Parte dela sonha em comandar, em enriquecer. Trata-se de uma classe

trabalhadora que deseja a desregulamentação, que rejeita o controle estatal e que se revolta com a simples – e falsa – possibilidade de “taxar o Pix”.

A grande pergunta, que toca o coração do apoio popular a valores conservadores e libertários, é: o que está por trás de uma base social que quer ser CEO? Temos duas respostas possíveis – o copo meio vazio e o copo meio cheio. E elas não se excluem. A leitura do copo meio vazio é a mais fácil – e também a mais preconceituosa: consiste em chamar essas pessoas de “CEO de MEI”, ou “pobre de direita”. Vistas de fora, com os olhos desconectados da realidade, poderíamos concluir que se trata da vitória do paradigma Elon Musk: uma sociedade que desmonta direitos, não regula nada e em que cada um deve se virar sozinho. O tecnofascismo, então, não estaria apenas nos andares de cima, nem apenas na engenharia das plataformas – mas também nos andares de baixo, no cotidiano de quem apenas tenta sobreviver. E isso seria o mais grave. Mas há ainda o copo meio cheio. E ele é mais complexo. O desejo por uma vida digna se manifesta justamente na adoção de rótulos que tragam orgulho, respeito, autoestima. Existe o CEO do mundo de Musk – mas existe também o CEO do mundo da marginalização. O título serve como símbolo de autoridade, de dignidade, de agência para pessoas que, muitas vezes, trabalharam a vida toda como ambulantes na chuva, no frio, na invisibilidade. Essas pessoas querem ser respeitadas, admiradas, ter conforto. E isso não significa que queiram ser o Elon Musk. (Mas talvez também queiram, porque os processos não se excluem.)

Junto ao *mito CEO*, há o desejo profundo de não ter patrão – muito comum entre motoristas de aplicativo, por exemplo. No Brasil, tem se convencido a dizer que esses trabalhadores incorporaram a “racionalidade neoliberal”, como se adotassem o neoliberalismo como visão de mundo. Minha colega Ianaira Neves e eu (Pinheiro-Machado; Neves, no prelo), em nossa publicação *As revoltas ambíguas*, contestamos essa explicação – que nos parece apressada e distante da realidade. A partir de ampla pesquisa com trabalhadores de aplicativo – entregadores de moto e motoristas –, defendemos que o desejo de não ter patrão é, na verdade, um grito de revolta contra a subordinação. E isso é positivo em uma sociedade que historicamente tentou subordinar e humilhar os mais pobres. Esse sujeito que não quer patrão não é novo. Ele já aparece nas etnografias de Alba Zaluar (1985) nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 1970, e no livro *Família, fofoca e honra*, de Claudia Fonseca (2000), na Vila do Cachorro Sentado em Porto Alegre nos anos 1980. Nunca foi “neoliberalismo incorporado” – sempre foi desejo de insubordinação.

O problema é que é a extrema direita quem hoje captura essa potência. Ela distorce, reconfigura, puxa a corda para outro lado e transforma esse desejo legítimo em adesão a um projeto conservador e libertário. Em uma sociedade onde o Estado é percebido como ausente, é natural que o ideal do “cada um por si” ganhe força – afinal, é isso que de fato ocorre: cada um se vira, cada um no seu “correr”. Claro, não devemos ser românticos. Uma insubordinação legítima pode escorregar facilmente para a negação da democracia. Porque, em uma sociedade em que ninguém quer patrão, corre-se o risco de desmontar também as estruturas coletivas de conquista de direitos – estruturas que sustentam qualquer democracia moderna. Além disso, há um paradoxo nesse desejo de autonomia: ele convive com a adoração por *influencers*, por pastores e, em alguns casos, com o desejo por intervenção militar.

Por uma lente pessimista, podemos entender isso como contradição e pulsão autoritária. Por uma lente otimista, como um desejo de maior presença do Estado e de ampliação de políticas públicas. E talvez seja ambas. O ponto é: as sociedades são contraditórias, assim como os valores políticos são ambíguos. E isso não é um problema. Pelo contrário: é justamente aí que mora a possibilidade de disputa. Se a corda pode ser puxada para um lado, também pode – com coragem, escuta e estratégia – ser puxada para o outro por meio das mesmas emoções que estruturam a classe trabalhadora: revolta, insubordinação, dignidade e sonho.

Notas finais – e propositivas

Por fim, ainda que o cenário político seja profundamente preocupante e complexo, minha perspectiva não é – e nunca foi – derrotista. Muito pelo contrário. Na minha interlocução com o debate público, tenho buscado resgatar aquilo que Paulo Freire e bell hooks chamaram de *pedagogia da esperança*. Ambos nos ensinam que não há transformação sem esperança. E aqui é importante dizer: esperança não é otimismo. Esperança, como dizem esses autores, exige um diagnóstico duro, cru, realista – e, muitas vezes, indignado. Abri este ensaio dizendo que talvez sejamos a única espécie que, conscientemente, mata a si própria. Mas também é verdade que somos a única espécie capaz de se reinventar e de decidir, a qualquer momento, em qualquer direção, quem queremos ser.

Democracia é uma utopia concreta (Dinerstein, 2015). Mas precisamos reconhecer, com honestidade, que os modelos de democracia que tivemos até agora têm falhado – e falhado profundamente. Somos o país que mais mata pessoas trans no mundo. Somos campeões mundiais de feminicídio. Seguimos aniquilando, de forma sistemática, as populações negras e indígenas. Diante dessa realidade, a pergunta que se impõe não é se acreditamos na democracia – mas *que democracia queremos reconstruir?* E, na minha leitura, não temos outra escolha: precisamos denunciar com clareza e coragem a desigualdade econômica, social e histórica que estrutura nosso país. Essa denúncia precisa estar no centro da ação política e da imaginação democrática. Por isso, finalizo este ensaio com seis pontos menos acadêmicos, mas que espero que contribuam para a reflexão e a construção concreta de ação política e democrática.

1) Disputar a raiva, a insubordinação e sonhos. Não ceder à anistia é fundamental na busca por justiça. Regular as mídias também. Mas, hoje, a luta mais urgente é por corações e mentes, emoções legítimas, potentes e ambíguas. É um absurdo que a extrema direita siga sequestrando as emoções mais potentes da transformação. É preciso disputar a raiva e o direcionamento do futuro. As multidões são muito mais ambíguas e plurais do que imaginamos. Há uma pluralidade real de pautas, contradições vividas no cotidiano. O sujeito de verde e amarelo é um tipo ideal – ele não representa as massas heterogêneas. É preciso, sim, mobilizar a raiva: contra a corrupção, contra o Estado ausente, contra as plataformas sanguessugas. É preciso transformar a insubordinação contra o patrão em aliada. É preciso mobilizar os sonhos. Se existe uma população que quer ser autônoma de seu próprio destino, é necessário oferecer um projeto de futuro em que essas pessoas possam se sentir gente – não pelo individualismo, mas pelo pertencimento coletivo.

2) Voltar ao olho no olho. É preciso disputar as redes, ocupar as redes apodrecidas, criar novas redes – mais ainda: é preciso disputar o porta a porta. E também entender que há gente que não vamos disputar agora. Precisamos desistir dela, até que vire minoria.

3) Aprender com quem resiste. O Brasil está se tornando, sim, mais conservador, mais punitivista, mais libertário – mas também está se tornando mais feminista, mais antirracista, mais LGBTQIA+. Doa a quem doer, podem nos chamar de identitários, são as mulheres, as pessoas LGBTQIA+ e os movimentos antirracistas que hoje estão nas redes, nas comunidades, e que compõem

a maioria eleitoral que contém o avanço do autoritarismo no mundo todo. De todo o cenário que descrevi, são as mulheres – especialmente as mulheres negras – que aparecem como as mais céticas diante da desinformação e dos influenciadores. Elas estão na base da precarização, são receptoras diretas de todos os abusos estruturais da desigualdade econômica e social. Mas sabem, com nitidez, duas coisas: primeiro, que não há milagre que vá deixá-las ricas; segundo, que, até agora, foram políticas públicas robustas – como o Bolsa Família – que realmente melhoraram suas vidas. Quando falo em disputar corações e mentes, é para elas que devemos olhar. As respostas estão todas lá.

4) Gerar empregos dignos. Apesar de tudo o que foi dito, não é verdade que as pessoas não querem mais ser CLT. Elas aprenderam a se virar na informalidade com certa autonomia – mas todo mundo deseja férias, décimo terceiro, segurança. O que as pessoas não querem são empregos ruins e mal pagos. O que elas querem são empregos bons.

5) Empreender diferente. Empreendedorismo não deveria ser palavrão. O mundo do trabalho está em transformação, impulsionado pela automação e pela precarização. Nesse contexto, é urgente oferecer novos e robustos programas de formação de empreendedores, mas com outras perspectivas: com foco no coletivo, no feminismo, no afroempreendedorismo, na justiça econômica.

6) Ampliar o Estado. Não há milagres. Há melhorias. E melhorias concretas vêm de políticas públicas robustas – fiscais, de emprego pleno e decente, de redistribuição de renda. Essas políticas mudam vidas. E mudam posições políticas. São, hoje, o melhor antídoto contra o ódio e a desinformação. A extrema direita quer destruir o Estado. Os que lutam pela democracia querem ampliá-lo: ampliar até o dia em que nenhum cidadão seja tratado como um ninguém – e todos possam ter a dignidade de se sentir gente.

Referências

ABBAS, T.; McNEIL-WILLSON, R.; BOYD-MACMILLAN, E.; DEMARINIS, V. Humiliation and perceived power loss as drivers of radicalisation vulnerability in Northwestern Europe. *Behavioral Sciences of Terrorism and Political Aggression*, [s. l], p. 1-22, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19434472.2025.2488931>. Acesso em: 1 fev. 2025.

ALVES-SILVA, W. *Os remédios da nação: da controvérsia medicamentosa no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/373861907>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMPBELL, C. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

CREATOR Economy: estudo sobre este mercado engloba produtores de conteúdo na internet. [S. l.]: Fundação Getúlio Vargas, 23 out. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/creator-economy-estudo-sobre-este-mercado-engloba-produtores-conteudo-internet>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DINERSTEIN, A. C. *The politics of autonomy in Latin America: the art of organising hope*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FELTRAN, G. The revolution we are living. *HAU: journal of ethnographic theory*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 12-20, 2020.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FRANC, R.; PAVLOVIĆ, T. Inequalities as drivers of radicalisation: is perceived (socio-political inequality) more important than objective (economic) inequality? *In*: EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH GENERAL CONFERENCE, 13., 2019, Wrocław. [S. l.]: ECPR, 2019.

KOPPER, M. *Architecture of hope: infrastructural citizenship and class mobility in Brazil's public housing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2022.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MAGALHÃES, J. C. V. *Voice through silence: algorithmic visibility, ordinary civic voices and bottom-up authoritarianism in the Brazilian crisis*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – London School of Economics and Political Science, London, 2019.

NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NORD, M.; ALTMAN, D.; ANGIOLILLO, F.; FERNANDES, T.; GOOD GOD, A.; LINDBERG, S. I. *Democracy Report 2025: 25 years of autocratization – democracy trumped?* Gothenburg: V-Dem Institute, University of Gothenburg, 2025. Disponível em: <https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

OLIVEN, R. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PERLMAN, J. E. *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley: University of California Press, 1976.

PINHEIRO-MACHADO, R.; DINIZ, D.; CAVALINI, A.; MALINI, F.; ALVES-SILVA, W. Examining support for the 2023 Brazilian coup attempt: gender stereotypes and occupational trends in a radicalised digital ecosystem. *GNET – Global Network on Extremism & Technology*, [s. l.], 21 Aug. 2023a. Disponível em: <https://gnet-research.org/2023/08/21/examining-support-for-the-2023-brazilian-coup-attempt-gender-stereotypes-and-occupational-trends-in-a-radicalised-digital-ecosystem/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, R.; MARINS, C.; COMBINIDO, P.; MALINI, F. Populism in emerging economies: authoritarian politics, labour precariousness, and aspirational classes in Brazil, India, and the Philippines (BIP). In: PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (ed.). *The rise of the radical right in the Global South*. London: Routledge, 2023b. p. 78-91.

PINHEIRO-MACHADO, R.; MATHEUS, J.; ALVES-SILVA, W.; FRID, M.; PETRA, P.; PENALVA, J. *Social media as a digital labour platform: assessing the social, cultural, and political impacts of labour market migration to Instagram*. Dublin: Digital Economy and Extreme Politics Lab, University College Dublin, 2024.

PINHEIRO-MACHADO, R.; NEVES, I. The ambiguous revolts: precarity and insurgence in the 21st century. *Journal of Anthropological Research*. No prelo.

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (ed.). *The rise of the radical right in the Global South*. London: Routledge, 2023.

POLANYI, K. The essence of fascism. In: LEWIS, J.; POLANYI, K.; KITCHIN, D. K. (ed.). *Christianity and the social revolution*. London: Victor Gollancz, 1935. p. 359-394.

QUAL o perfil dos envolvidos nos atos golpistas em Brasília? *Deutsche Welle*, [s. l.], 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/qual-o-perfil-dos-envolvidos-nos-atos-golpistas-em-bras%C3%ADlia/a-64748058>. Acesso em: 29 abr. 2025.

REGAN, A. How the ultra-rich hack the tax code – and undermine democracy. *Democracy Challenged*, [s. l.], 4 Feb. 2025. Disponível em: <https://democracychallenged.com/2025/02/04/how-the-ultra-rich-hack-the-tax-code-and-undermine-democracy/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SEN, A. K. Democracy as universal value. *Journal of Democracy*, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 2-17, July 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jod.1999.0055>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SPYER, J. *Social media in emergent Brazil: how the internet affects social mobility*. London: UCL Press, 2017.

YOUPIX. *Vem aí na Creator Economy: uma visão da Youpix sobre o futuro do mercado*. [S. l.]: Youpix, 2023. Disponível em: <https://tag.youpix.com.br/vem-ai-na-creator-economy-2023>. Acesso em: 29 abr. 2025.

YOUPIX; BRUNCH. *Creators e negócios*. [S. l.]: Youpix: Brunch, 2022. Disponível em: https://tag.youpix.com.br/2022_pesquisa_creators_negocios_2022. Acesso em: 10 ago. 2024.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Editores

Ruben George Oliven – <https://orcid.org/0000-0003-3556-6955>

Arlei Sander Damo – <https://orcid.org/0000-0003-4368-6754>

Jean Segata – <https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>

Recebido: 24/04/2025 Aceito: 15/05/2025 | Received: 4/24/2025 Accepted: 5/15/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.